

Políticas Docentes



Análise do sumário executivo das propostas do GT de formação inicial de professores do MEC

OUTUBRO/2023

ÍNDICE

RESUMO EXECUTIVO.....	3
INTRODUÇÃO.....	5
PONTO DE ATENÇÃO.....	6
1. Revogação da Resolução do CNE/CP nº 02/2019 e retorno a Resolução CNE/CP nº 2/2015.....	6
ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	10
1. Melhorias na regulação de cursos de licenciaturas a distância.....	10
2. Diagnóstico sobre oferta e demanda de professores.....	13
3. Formulação de um plano nacional de valorização dos profissionais do magistério.....	15
4. Aprimoramento do Enade das licenciaturas.....	16
5. Fortalecimento da formação teórico-prática dos estudantes.....	18
6. Outras propostas.....	20

RESUMO EXECUTIVO

As propostas apresentadas pelo GT de Formação Inicial **apontam na direção correta**, ao contemplar temáticas que realmente precisam ser discutidas e modificadas para apoiar a melhoria da formação inicial docente. As ações previstas estão **ancoradas em uma visão sistêmica** e, se forem desenvolvidas de forma articulada e se tornarem políticas públicas, poderão representar importantes avanços.

PONTO DE ATENÇÃO

Apesar de apresentar propostas importantes, há um ponto de atenção nas ações previstas pelo GT: a proposta de revogação da Resolução do CNE/CP nº 02/2019 e retorno a Resolução CNE/CP nº 2/2015. Entende-se que as **DCNs de 2019 apresentaram avanços em alguns pontos importantes em relação a resolução 2015, mas que também têm fragilidades**. Nesse contexto, o melhor caminho **não seria retornar ao texto de 2015, mas sim propor uma nova resolução**. Além disso, em um cenário de aprovação de novas DCNs, será importante que o Governo Federal **ofereça apoio técnico e incentivos financeiros para que as IES (públicas e privadas) consigam efetivamente implementar o previsto na resolução**.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

1. Melhorias na regulação de cursos de licenciaturas a distância

Proposta extremamente importante. Para além da regulação, é importante que as Diretrizes Curriculares Nacionais também tragam direcionamentos para melhorias nos cursos EaD, como o aumento da carga horária de formação presencial.

Além disso, ainda que a regulação dos cursos EaD deva ser a prioridade inicial, é importante destacar que o processo também precisa ser revisto para os cursos presenciais (instrumentos de avaliação in loco, indicadores de qualidade e procedimentos de supervisão).

2. Diagnóstico sobre oferta e demanda de professores

O MEC pode contribuir significativamente com essa pauta, elaborando estudos sobre a força de trabalho docente e dando suporte para as redes desenvolverem seus próprios diagnósticos.

No que tange à dimensão de atratividade da carreira e permanência nos cursos, é preciso criar programas e mecanismos que busquem atrair estudantes de bom desempenho acadêmico no Ensino Médio para os cursos de FID, como campanhas nacionais de valorização da profissão docente e incentivos financeiros diretos.

Em relação ao ingresso na carreira, o MEC pode fornecer apoio aos estados e municípios, a partir da realização de uma Prova Nacional para Ingresso na Carreira Docente.

Para a temática de alocação dos professores, o Governo Federal pode apoiar as redes de ensino especialmente no apoio técnico, com a oferta, por exemplo, de sistemas de alocação docente.

Por fim, em relação à permanência dos professores, o MEC pode apoiar a partir de diretrizes e orientações nacionais para carreiras docentes, elaboradas em regime de colaboração

com estados e municípios.

3. Formulação de um plano nacional de valorização dos profissionais do magistério

O MEC poderá criar um prêmio para valorização e o reconhecimento das práticas de ensino desenvolvidas pelos professores, como o “Prêmio Professores do Brasil”, que foi descontinuado em 2019.

Além disso, o MEC poderá criar diretrizes nacionais voltadas para a carreira - que pode envolver também as condições de trabalho - a partir de um intenso diálogo e articulação com as secretarias estaduais e municipais de Educação. Na dimensão de remuneração, é importante que haja uma discussão sobre a Lei do Piso do Magistério. A Lei é essencial para continuar promovendo a valorização dos profissionais da Educação, mas o critério de reajuste anual precisa ser revisto, de forma que continue garantindo a valorização salarial dos professores, mas que seja financeiramente sustentável para os entes.

4. Aprimoramento do Enade das licenciaturas

Proposta muito necessária, que além de ter sido contemplada no sumário, também foi anunciada pelo Inep durante o evento de divulgação do Enade de 2022. Alguns pontos que deve, ser levados em consideração são: Definição de padrões de desempenho pré-estabelecidos, que permitam a comparação entre os estudantes.

- Adoção de uma avaliação anual para as licenciaturas
- Definição de padrões de desempenho pré-estabelecidos e adoção de uma metodologia comparável no tempo:
- Mudanças na matriz de conteúdos
- Avaliação dos estágios supervisionados

5. Fortalecimento da formação teórico-prática dos estudantes

O Pibid e a Residência Pedagógica são programas muito importantes para a formação inicial de professores. Propor o fortalecimento desses programas é um grande acerto do GT. Para além dos pontos já citados no sumário referente a essa proposta, outras ações importantes seriam:

- Ao fazer a distribuição das bolsas, priorizar as regiões com maior escassez de professores.
- Melhorar a articulação das IES com as redes de ensino.
- Ter orientações mais claras para os professores e para os estudantes, garantindo uma efetiva mentoria.
- Reforçar o monitoramento das atividades.

6. Outras propostas

Além das propostas já comentadas, o sumário executivo traz outras 3: reafirmação do papel da Capes na formação inicial e continuada de professores, desenvolvimento de ações com foco específico na formação de professores para as modalidades e desenvolvimento de ações com foco específico na formação de professores alfabetizadores. Todas as propostas são de extrema relevância e as ações previstas poderão apoiar a melhoria na formação inicial docente.

INTRODUÇÃO

Em março de 2023, o Ministério da Educação apresentou os resultados do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) de 2021, em que graduandos de licenciatura tiveram um desempenho muito insatisfatório. A nota dos estudantes, em todos os 17 cursos de formação de professores avaliados, ficou abaixo de 50, em uma escala de 0 a 100¹.

Diante desse cenário, o MEC instituiu um Grupo de Trabalho (GT)², coordenado pela Secretaria Executiva do Ministério, voltado para a discussão de políticas de melhoria para a formação inicial docente (FID), que foi formado por representantes de todas as secretarias do MEC, Capes, Inep, CNE, Conaes, FNE, Andifes, Conif, Associações Brasileiras de Universidades Comunitárias e Confessionais e estabelecimentos de ensino do setor privado. O Todos Pela Educação apresentou suas propostas³ em uma das reuniões do GT.

O GT divulgou, em agosto de 2023, um sumário executivo⁴ que resume as propostas elencada pelo Grupo como prioritárias:

- A. Revogação das Resoluções do CNE/CP n° 02/2019 e n° 01/2020
- B. Melhorias na regulação de cursos de licenciaturas a distância
- C. Diagnóstico sobre oferta e demanda de professores
- D. Formulação de um plano nacional de valorização dos profissionais do magistério
- E. Reafirmação do papel da Capes
- F. Aprimoramento do Enade das licenciaturas
- G. Fortalecimento da formação teórico-prática dos estudantes
- H. Formações de professores para as modalidades
- I. Formação de professores alfabetizadores

De maneira geral, as propostas apontam na direção correta, ao contemplar temáticas que realmente precisam ser discutidas e modificadas para apoiar a melhoria da formação inicial docente. As ações previstas estão ancoradas em uma visão sistêmica e, se forem desenvolvidas de forma articulada e se tornarem políticas públicas, poderão representar importantes avanços.

No entanto, há um ponto de atenção: propor a revogação da resolução CNE/CP n° 02/2019, que define as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para Formação Inicial de Professores,

¹ <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2023/03/28/mec-divulga-avaliacoes-de-cursos-de-licenciatura.ghtml>

² Instituído pela Portaria n° 587/2023. Disponível em:

<https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-587-de-28-de-marco-de-2023-473747376>

³ As propostas do Todos Pela Educação para formação inicial docente podem ser acessadas aqui:

<https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2022/11/educacao-ia-2022-professores-federal.pdf>

⁴ <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/agosto/finalizada-minuta-do-relatorio-sobre-formacao-de-docentes>

e voltar para a resolução CNE/CP nº 02/2015. Conforme será discutido a seguir, a resolução 02/2019 apresentou importantes avanços, mas a 02/2015 também tem aspectos que podem ser aproveitados. Nesse sentido, o melhor caminho seria propor uma nova resolução, conforme anunciado pelo Ministro Camilo Santana no evento de divulgação dos resultados do Enade 2022⁵, que incorpore os pontos positivos das DCNs anteriores, mas que consiga superar as lacunas encontradas nas resoluções anteriores.

Além desse ponto de atenção, alguns pontos importantes não foram contemplados, como a criação de um edital específico de apoio para as Instituições de Ensino Superior reformularem seus currículos e as melhorias no processo de regulação também para cursos presenciais de formação de professores.

O objetivo deste material é contribuir com as propostas elencadas no sumário executivo do Grupo de Trabalho. Vale destacar que o sumário é um documento preliminar do GT e, a partir da divulgação do relatório final, será possível fazer uma análise ainda mais detalhada sobre as propostas.

Este documento está dividido em duas partes:

- Parte 1: Ponto de atenção, em que se discute a questão da revogação das DCNs de 2019 e o retorno à resolução de 2015;
- Parte 2: algumas considerações, em que são abordados alguns pontos sobre as outras propostas elencadas no sumário.

PONTO DE ATENÇÃO

1. Revogação da Resolução do CNE/CP nº 02/2019 e retorno a Resolução CNE/CP nº 2/2015

A resolução CNE/CP nº 02/2019 define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de professores⁶. A proposta do GT é revogar essa resolução e voltar para as diretrizes

⁵ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=O1l86TGSHw0>

⁶ Posicionamento do Todos Pela Educação sobre as DCNs de 2019: <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/formacao-inicial-de-professores-mudancas-aprovadas-pelo-cne-para-dem-ser-inicio-de-grande-transformacao/>

contidas na Resolução CNE/CP nº 2/2015. No entanto, as DCNs de 2015 apresentam algumas fragilidades no que tange à formação inicial, sendo elas:

- a) **Falta de alinhamento à Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que ainda não tinha sido instituída:** as DCNs de 2015 foram elaboradas antes da instituição da BNCC e, portanto, ela não é citada. Tendo em vista que a Base é o documento orientador de todos os currículos da Educação Básica, é importante que a formação inicial dos professores seja intencionalmente norteada por ela, conforme previsto pelo Art. 62 da Lei de Diretrizes e Bases. Além disso, para que ela seja efetivamente implementada nas escolas, é essencial que os professores sejam formados sob a perspectiva da BNCC já na formação inicial. Especialmente na parte de aprendizagem específica (denominada Núcleo II nas DCNs de 2015 e Grupo II nas DCNs de 2019) a Base deve ser a principal referência para nortear as
- b) **Falta de mecanismos de restrição ao EaD na formação inicial de professores:** Em 2015, 36% dos concluintes de cursos voltados à docência se formaram por meio do EaD, enquanto em 2019 esse número chegou a 65%⁷. Nesse cenário, a resolução de 2015 não apresentava nenhuma restrição aos cursos de EaD para as licenciaturas. Já no texto de 2019, ainda que a restrição seja pequena, foi definido que as 800 horas práticas, compostas pelo estágio supervisionado e pela prática dos componentes curriculares (25% da carga horária total) devem ser realizadas de forma presencial. Determinou-se, também, que os cursos EaD devem apresentar fundamentação técnica que comprove a viabilidade de se desenvolver a distância as competências e habilidades previstas.
- c) **Ausência de referência a diferentes abordagens nos cursos de pedagogia:** no Art. 13 do texto de 2019, há o indicativo de que devem existir 2 tipos de cursos, relacionados à formação em pedagogia, destinados a:

I - formação de professores multidisciplinares da Educação Infantil;

II - formação de professores multidisciplinares dos anos iniciais do Ensino Fundamental; e

Isso significa que os cursos de pedagogia deveriam contemplar aspectos específicos para formação dos professores da Educação Infantil e dos Anos Iniciais

⁷ Disponível em:

<https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2023/10/levantamento-fid-censo-da-educacao-superior-e-enade-uf-2.pdf>

do Ensino Fundamental, que são mencionados nos § 2 e § 3 do Art.13. No caso da resolução de 2015, o texto não cita essas especificidades.

- d) Ausência de orientações para a formação para atividades de gestão:** a resolução de 2019 define, no capítulo VII, que a formação para atuar em Administração, Planejamento, Inspeção, Supervisão e Orientação Educacional para a Educação Básica, pode ser realizada em cursos de pedagogia com aprofundamento de estudos e carga horária expandida (3.600 horas), em cursos de especialização *latu sensu* ou em mestrados e doutorados. Nas DCNs de 2015, essa formação específica para atuar na gestão escolar não é mencionada.

Além desses aspectos, há alguns pontos que são frágeis tanto nas diretrizes de 2015 quanto na de 2019 e que precisariam ser revistos:

- a) Perfil do egresso:** o perfil do egresso do texto de 2015 é muito amplo, sendo apresentado apenas como uma lista de 13 itens que os egressos devem estar aptos a realizar como docentes, ou seja, tem um caráter de indução limitado. A Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação), criada nas DCNs de 2019, foi um grande avanço, pois é um elemento importante para nortear os currículos dos cursos de formação de professores e informar mudanças em outras políticas públicas centrais, como o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade). No entanto, apesar de ter sido um avanço, a BNC-Formação foi muito específica, deixando altamente delimitado quais seriam as competências a serem desenvolvidas, de forma que houve resistência das universidades, que alegavam falta de autonomia para construção dos seus currículos. Dessa forma, é preciso avançar em uma Base Comum que apoie as instituições formadoras ao trazer mais clareza do que se espera de um egresso, mas que seja construída a partir do diálogo com esses atores.
- b) Frágil regulação e avaliação dos cursos de formação pedagógica para não-licenciados e de segunda licenciatura:** tanto para cursos de segunda licenciatura como para formação pedagógica para não licenciados, é permitido, na resolução de 2015 e na de 2019, a oferta de cursos sem ato autorizativo, desde que a instituição já ofereça um curso de licenciatura reconhecido e com avaliação satisfatória realizada pelo MEC, o que pode estimular a criação de cursos de baixa qualidade. Seria importante ter uma definição clara do que significa “avaliação satisfatória”, garantindo, por exemplo, que sejam cursos com CPC 4 ou 5 e que contem com oferta presencial. Além disso, poderia ser definido um tempo relativamente pequeno para que a avaliação de ambos os cursos seja realizada pelo Inep.

- c) **Frágil regulamentação do estágio supervisionado:** é importante trazer orientações mais claras e fazer uma boa regulamentação dos estágios supervisionados, de maneira a garantir que eles sejam realizados dentro da carga horária prevista - tendo em vista que muitos estudantes têm apontado que cumprem carga horária inferior à estipulada nas DCNs⁸ - e que aconteçam de forma efetiva, desde o início dos cursos, possibilitando o pleno desenvolvimento dos licenciandos.
- d) **Pouca restrição ao Ead:** as DCNs de 2019 definem que os cursos em EaD devem ter 25% de sua carga horária ofertadas de forma presencial, mas essa é a única restrição. Tendo em vista que uma sólida formação inicial exige intensa articulação entre teoria e prática, vivência em escolas de Educação Básica desde o início do curso e o desenvolvimento de habilidades relacionais que só podem ser asseguradas de forma presencial, seria importante garantir que os cursos EaD tenham uma maior carga horária presencial, especialmente para os conteúdos específicos das disciplinas.
- e) **Baixa carga horária de formação pedagógica para não licenciados:** a resolução de 2019 definiu uma carga horária mínima de 760 horas para os cursos de “complementação pedagógica”. Essa carga horária é muito baixa e permite que, em menos de 1 ano, um graduado em qualquer área se habilita para se tornar docente. Esse ponto foi um retrocesso em relação às DCNs de 2015, que estipularam uma carga horária mínima variável de 1.000 a 1.400 horas..

Diante desse cenário, entende-se que as DCNs de 2019 apresentaram avanços em alguns pontos importantes em relação a resolução 2015, mas que também têm fragilidades. Considerando um cenário de revogação, o melhor caminho não seria retornar ao texto de 2015, mas sim propor uma nova resolução que incorpore melhorias e que seja construída a partir do diálogo e colaboração de todos os atores envolvidos na sua implementação. Conforme fala do Ministro Camilo Santana, no evento de divulgação dos resultados do Enade 2022⁹, essa nova resolução deverá ser aprovada ainda em 2023.

⁸<https://todospelaeducacao.org.br/noticias/maioria-dos-formandos-em-licenciatura-nao-realiza-minimo-exigido-para-estagio-obrigatorio/>

⁹ Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=O1l86TGSHw0>

Além disso, considerando um contexto de aprovação de novas Diretrizes Curriculares Nacionais, será importante que o Governo Federal, no seu papel de coordenador e indutor das políticas públicas de âmbito nacional, ofereça apoio técnico e incentivos financeiros para que as IES (públicas e privadas) consigam efetivamente implementar o previsto na resolução e garantir um currículo alinhado às DCNs.

Uma possibilidade seria o MEC desenhar um programa de indução a licenciaturas inovadoras¹⁰, de forma a apoiar a reformulação dos cursos de licenciatura, tornando-os mais alinhados às demandas e desafios da Educação Básica. O Plano Nacional da Educação de 2014, na estratégia 6 da meta 15¹¹, já previa a necessidade de promover, em regime de colaboração entre União, estados e municípios, a reforma curricular dos cursos e estimular a renovação pedagógica.

Outra possibilidade de indução indireta para revisão dos currículos dos cursos de FID, à luz das novas DCNs que deverão ser aprovadas, seria o MEC definir algumas condicionalidades para programas já existentes, como o Pibid. Seria possível, por exemplo, que o MEC destinasse mais bolsas para os cursos que tivessem propostas curriculares alinhadas às diretrizes.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Nesta seção, apresentamos algumas contribuições referentes a aspectos que poderiam ser considerados dentro de algumas propostas elencadas pelo GT.

1. Melhorias na regulação de cursos de licenciaturas a distância

Em 2022, 65% dos concluintes de cursos voltados para formação docente cursaram a modalidade a distância, quase o dobro do que era em 2012 (34%) e do percentual de concluintes de outros cursos (31%)¹². Além disso, o desempenho dos estudantes de licenciatura no Enade, em 2021, foi pior do que o observado em 2014, em 9 dos 15 cursos

¹⁰ Uma iniciativa nesse sentido aconteceu no Chile, onde o Ministério da Educação criou o “Programa de Fortalecimiento de la Formación Inicial Docente”, com o objetivo de prover apoio técnico e financeiro às instituições de Educação Superior na adaptação de seus currículos de Pedagogia e licenciaturas à luz dos “Estándares orientadores para egresados de Pedagogía en Educación Básica”

¹¹ A estratégia 6 refere-se a “15.6) promover a reforma curricular dos cursos de licenciatura e estimular a renovação pedagógica, de forma a assegurar o foco no aprendizado do(a) aluno(a), dividindo a carga horária em formação geral, formação na área do saber e didática específica e incorporando as modernas tecnologias de informação e comunicação, em articulação com a Base Nacional Comum dos currículos da Educação Básica, de que tratam as estratégias 2.1, 2.2, 3.2 e 3.3 deste PNE”

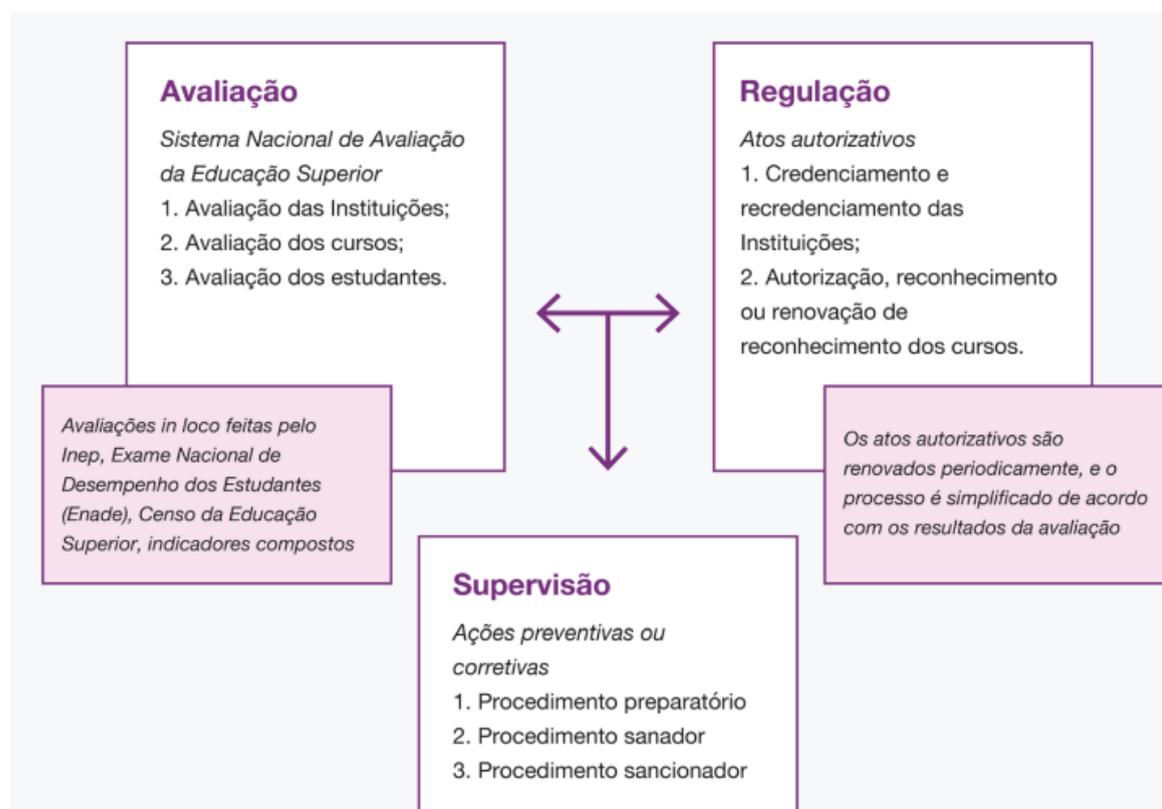
¹² <https://todospelaeducacao.org.br/noticias/formacao-de-professores-ead/>

avaliados, além de aumentar a diferença entre as médias de quem se formou a distância e de quem fez seu curso presencialmente.

Ainda que os desafios da formação inicial sejam amplos e não se restrinjam apenas à questão do EaD, a formação a distância não pode ser a principal estratégia do país para a formação de futuros professores. Nesse sentido, a proposta do GT que considera promover melhorias no processo de regulação de cursos de formação de professores na modalidade EaD e a inclusão de condicionalidades que limitem seu crescimento é fundamental para garantir um avanço significativo nas licenciaturas. Com o atual processo de regulação do MEC, os cursos estão abrindo sem muitas dificuldades e recebendo avaliações positivas, mesmo sem atestar sua qualidade.

A oferta de cursos no Ensino Superior é regida por um sistema de avaliação, regulação e supervisão, apresentado na figura a seguir.

Figura 1. Sistema de avaliação, regulação e supervisão do Ensino Superior



Fonte: elaboração própria com base na legislação.

Ainda que a avaliação, regulação e supervisão dos cursos EaD devam ser a prioridade inicial, é importante destacar que o processo também precisa ser revisto para os cursos presenciais, já que possui limitações que permitem a existência de cursos de FID de baixa qualidade, mesmo sendo presenciais. Em relação aos processos de regulação e avaliação, existem duas mudanças importantes que devem ser consideradas, que já vem sendo discutidas pelo Inep, de acordo com o que foi divulgado no evento de divulgação dos resultados do Enade 2022:

- **Melhoria nos instrumentos de avaliação *in loco*:** a avaliação *in loco* é utilizada tanto no processo de regulação, para reconhecimento dos cursos, quanto no processo de avaliação. É preciso fazer uma ampla revisão nos instrumentos utilizados, tornando-os mais específicos para os cursos de formação de professores. Atualmente, o instrumento de avaliação conta com 58 indicadores, divididos em 3 dimensões: organização didático-pedagógica, corpo docente e tutorial e infraestrutura. Dentre os 58 indicadores, há apenas seis que são específicos para as licenciaturas, o que dilui a relevância desses aspectos na nota final da instituição. Portanto, será importante equilibrar o número de critérios específicos para os cursos de FID, criando indicadores específicos alinhados às DCNs, além de atribuir pesos diferentes para cada dimensão e critério.
- **Revisão dos indicadores de qualidade:** no processo de regulação, é gerado o Conceito de Curso (CC) e, uma vez que os cursos de graduação tenham sido reconhecidos, eles estão sujeitos a um ciclo contínuo de avaliação. A partir desse ciclo, outro indicador é mensurado, o chamado Conceito Preliminar de Curso (CPC). Esses indicadores de qualidade precisam ter sua composição revista, para que sejam mais relacionados à real qualidade dos cursos. Os indicadores deveriam dar mais peso à organização didático-pedagógica, frente à infraestrutura e titulação do corpo docente. Além disso, o CPC poderia dar mais peso ao resultado dos estudantes no Enade - atualmente, o Exame compõe apenas 20% deste indicador.

Já em relação ao processo de supervisão, um ponto também importante, mas que não foi citado pelo Inep, refere-se às ações preventivas e corretivas. Seria importante rever as consequências estabelecidas pela Seres/MEC para os cursos que obtiveram conceitos baixos no processo de reconhecimento e renovação de reconhecimento para torná-las mais indutoras de mudanças.

Um avanço importante, anunciado pelo ministro Camilo Santana durante o evento, é a intenção de criar uma agência reguladora no MEC para acompanhar e supervisionar os cursos de nível superior.

É importante destacar, novamente, que essas melhorias devem ser implementadas tanto para os cursos na modalidade à distância quanto para cursos presenciais, mas que o EaD deve ter um olhar cuidadoso, tendo em vista a grande expansão de cursos de baixa qualidade. Ademais, para além dos processos de regulação, avaliação e supervisão dos cursos, é importante que as Diretrizes Curriculares Nacionais também tragam direcionamentos para melhorias nos cursos EaD, como o aumento da carga horária de formação presencial, exigindo que ao menos 50% formação seja desenvolvida de forma presencial. Especialmente para os conteúdos específicos, onde será trabalhado o conhecimento pedagógico do conteúdo, há a necessidade de promover uma articulação entre a teoria e a prática, de modo que a presencialidade cumpre um papel importante.

2. Diagnóstico sobre oferta e demanda de professores

O sumário disponibilizado pelo GT apresenta os desafios da inadequação da formação docente no Ensino Fundamental e no Ensino Médio e ressalta a importância de elaborar um diagnóstico para equilibrar a oferta e demanda por professores no país¹³. De fato, o MEC pode contribuir significativamente com essa pauta, elaborando estudos sobre a força de trabalho docente¹⁴, obtendo uma visão nacional de qual a oferta e a demanda de professores no país, quais as disciplinas e as regiões mais críticas, entre outros. Além disso, o Governo Federal também pode dar suporte, em termos de ferramentas/sistemas, para as redes desenvolverem seus próprios diagnósticos.

Além desse diagnóstico, são citadas algumas outras pautas dentro dessa temática:

- a) Atratividade e permanência de candidatos para os cursos de licenciatura:** É preciso criar programas e mecanismos que busquem atrair estudantes de bom desempenho acadêmico no Ensino Médio para os cursos de FID. O aumento da

¹³ Um estudo realizado pela FGV, em parceria com o Instituto Península, sobre a relação entre oferta e demanda de professores no Brasil, aponta que, de acordo com as projeções feitas, considerando as aposentadorias que ocorrerão nos próximos anos e a mudança demográfica que levará a uma diminuição do número de alunos, para melhorar a razão aluno-professor e a adequação de formação docente, será necessário contratar professores, especialmente, nas seguintes disciplinas: Química, Física, Artes, Educação Física, Sociologia e Filosofia. No que se refere à oferta de professores, o Brasil forma um número suficiente de professores, mas há diferenças significativas entre as disciplinas. Há um número muito maior de pedagogos sendo formados do que outros licenciados, especialmente nos cursos citados anteriormente. Disponível em: <https://institutopeninsula.org.br/wp-content/uploads/2022/01/OFERTA-E-DEMANDA-CONSOLIDADO.pdf>

¹⁴ O Ministério da Educação do Chile realizou um estudo sobre oferta e demanda de professores, que pode servir como referência: <https://bibliotecadigital.mineduc.cl/bitstream/handle/20.500.12365/18186/E10-0025.pdf?sequence=1&isAllowed=y>

atratividade requer, necessariamente, substanciais melhorias nas carreiras, condições de trabalho e na remuneração, mas também é possível que o Governo Federal lance mão de estratégias que ajudem na valorização dos professores perante a sociedade. Alguns exemplos são campanhas nacionais de valorização da profissão docente e incentivos financeiros diretos, como bolsas de estudo para que jovens de alto potencial procurem os cursos de formação de professores¹⁵. Nesse último caso, as bolsas também poderão ser um mecanismo importante para garantir a permanência dos estudantes na graduação.

- b) Oportunidades de ingresso na carreira por meio de concursos públicos:** o Governo Federal tem a oportunidade de apoiar, de forma bem estruturada, o ingresso de professores na carreira por meio de concursos públicos. Atualmente, os processos de seleção dos docentes são de responsabilidade das redes. Porém, a realização de concurso público não é um processo simples e, por vezes, as secretarias de Educação, especialmente as de pequenas cidades, apresentam dificuldades técnicas e financeiras para viabilizar um concurso. Em muitos casos, as redes não possuem equipes técnicas dedicadas à realização ou acompanhamento dos processos de seleção específicos para professores, impactando no alinhamento entre o conteúdo das provas realizadas. Nesse contexto, os processos de seleção costumam não contar com etapas que avaliam a prática docente dos candidatos.

O Governo Federal não tem a responsabilidade direta de selecionar os professores das redes, mas pode fornecer apoio aos estados e municípios, a partir da realização de uma Prova Nacional para Ingresso na Carreira Docente. A prova seria um instrumento que poderia ser desenvolvido e aplicado pelo Inep/MEC, para servir como critério de seleção para ingresso na carreira docente, com adesão voluntária das redes de ensino, que poderiam escolher usá-la como uma parte de seu processo seletivo ou usar seus resultados como método único de seleção - ou seja, não seria certificação obrigatória para os professores (“modelo OAB”).

A prova seria elaborada a partir de uma robusta matriz de referência que tenha foco em conhecimentos e habilidades ligados à teoria e à prática docente e que fosse construída a partir de amplo diálogo com todos os atores envolvidos na

¹⁵ A iniciativa “Elige Educar”, do Chile, pode ser uma boa referência na temática. Todos os anos, no “Programa Quiero Ser Profe”, cerca de 80 mil estudantes interessados em seguir a carreira docente passam por um processo de orientação vocacional. A iniciativa oferece, também, a bolsa “Vocação de professor”, que cobre os gastos dos estudantes com o curso de FID, a partir da pontuação em uma prova, podendo também receber um auxílio financeiro mensal. Além disso, há a produção de diversas campanhas de atratividade: <https://www.youtube.com/watch?v=l2A7nM4UdDU&list=PL7AB346FC07E2DE60>

formação inicial de professores.. Desse modo, considerando que a prova seria muito bem elaborada, seria possível apoiar os entes na realização dos concursos, que por sua vez poderiam investir seus recursos em outras etapas de seleção, como aulas práticas. Além disso, a prova também poderia ser um instrumento de regulação indireta dos cursos FID, pois as IEs precisariam adaptar seus currículos para se alinhar a matriz de referência da prova.

- c) Alocação dos professores às escolas e às turmas:** nessa temática, o Governo Federal pode apoiar as redes de ensino especialmente no apoio técnico, com a oferta, por exemplo, de sistemas de alocação docente. Seria uma oportunidade de ter uma olhar voltado para a equidade, garantindo que professores mais bem preparados e experientes possam ser alocados em escolas de maior vulnerabilidade.
- d) Permanência dos professores na carreira:** a temática de permanência na profissão está mais relacionada à discussão de carreiras docentes do que propriamente à formação inicial de professores. De todo modo, é importante que haja uma reformulação nas carreiras do magistério de diversas redes de ensino, de forma que elas possam valorizar os professores e garantir seu desenvolvimento profissional. O MEC pode apoiar a partir de diretrizes e orientações nacionais, elaboradas em regime de colaboração com estados e municípios.

3. Formulação de um plano nacional de valorização dos profissionais do magistério

O GT propõe a formulação de um plano nacional de valorização para profissionais do magistério que articule formação, carreira, remuneração e condições de trabalho. Essa proposta é muito positiva e algumas ações poderão ser desenvolvidas:

(I) Criação de prêmio, campanhas de valorização e mecanismos de atratividade: o MEC poderá criar um prêmio para valorização e o reconhecimento das práticas de ensino desenvolvidas pelos professores, como o “Prêmio Professores do Brasil”, que foi descontinuado em 2019. Além disso, o Governo Federal poderia criar programas de valorização dos professores e mecanismos de atratividade para a carreira docente, conforme já mencionado na seção anterior.

(II) Diretrizes nacionais de carreira: , o MEC poderá criar diretrizes nacionais voltadas para a carreira - que pode envolver também as condições de trabalho - a partir de um intenso diálogo e articulação com as secretarias estaduais e municipais de Educação, que são quem efetivamente colocaria em prática as ações definidas nacionalmente, além de oferecer suporte técnico para que as redes possam reestruturar suas carreiras.

A temática da remuneração também deverá fazer parte da discussão de carreiras e, nesse sentido, é importante que haja uma discussão sobre a Lei do Piso do Magistério. O Piso é uma grande conquista para os professores e é fruto de muitas mobilizações e reivindicações, especialmente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE). Ainda hoje, mesmo com mudanças no cenário desde quando foi instituída, a Lei é essencial para continuar promovendo a valorização dos profissionais da Educação, pois garante condições mínimas em termos salariais para os professores de todo o território nacional.

No entanto, o critério de reajuste anual do piso salarial precisa ser revisto, pois muitas redes, especialmente municipais, não estão conseguindo aplicar os reajustes previstos, principalmente por conta de questões orçamentárias. É preciso discutir um novo critério, que continue garantindo a valorização salarial dos professores, mas que seja financeiramente sustentável para os entes.

4. Aprimoramento do Enade das licenciaturas

Atualmente, devido ao formato em que está estruturado, o Enade é um instrumento que tem baixa capacidade de gerar informações sobre o desempenho dos estudantes e a qualidade dos cursos de forma geral. Dentre os principais pontos de atenção, destacam-se¹⁶:

- Não existe uma metodologia robusta para garantir que a dificuldade de cada item da prova seja levada em consideração em sua composição. Isso significa que não é possível comparar os resultados do Enade entre anos ou entre os cursos avaliados.
- Não há definição de padrões de dificuldade, ou seja, não é possível saber a partir de qual nota o estudante atingiu um nível mínimo esperado de qualidade. Os resultados do Enade são apresentados em valor relativo (e não absoluto), ou seja, não diz se curso é bom, só se é melhor ou pior que outro. Portanto, não é possível

¹⁶ OCDE: Repensando a garantia de qualidade para o ensino superior no Brasil. Disponível em: https://download.inep.gov.br/acoes_internacionais/ocde/Repensando_a_Garantia_de_Qualidade_para_o_Ensi_no_Superior_no_Brasil_PT.pdf

afirmar se os alunos e/ou cursos que atingem 50% ou 60% no Enade estão tendo um desempenho bom ou ruim.

- O exame é de alto risco para as IEs, já que seu resultado influencia nos indicadores de qualidade, mas de baixo risco para os alunos, pois apesar da participação na prova ser obrigatória, as pontuações do Enade não afetam o histórico escolar dos estudantes. Sendo assim, há pouca motivação para os formandos realizarem a prova, o que pode refletir nos resultados observados.

Portanto, garantir o aprimoramento do Enade é fundamental, especialmente porque os seus resultados são utilizados no processo de regulação dos cursos e precisam ser confiáveis. Sendo assim, um exame mais robusto poderá apoiar na melhoria dos processos regulatórios e, por consequência, poderá induzir o avanço da qualidade dos cursos de formação inicial de professores.

O Inep, durante o evento de divulgação dos resultados do Enade 2022, assinalou que está avançando em algumas importantes mudanças, que levam em consideração os pontos de atenção destacados acima, incluindo:

- **Adoção de uma avaliação anual para as licenciaturas:** uma avaliação anual poderá ser importante para apresentar o real cenário de formação inicial de professores no Brasil, cujos dados poderão informar políticas públicas como na melhoria dos cursos de FID.
- **Definição de padrões de desempenho pré-estabelecidos e adoção de uma metodologia comparável no tempo:** essas mudanças irão permitir a comparação entre os estudantes, e, classificar a qualidade do curso não apenas em relação aos outros.
- **Mudanças na matriz de conteúdos:** a prova terá um foco maior nas competências docentes e menos no conteúdo específico dos bacharelados correspondentes. Nesse sentido, é fundamental ter uma matriz específica para os cursos de formação inicial docente, que deverá ser ancorada em uma Base Nacional Comum de formação, que já existe nas DCNs de 2019, mas que deverá ser revogada, de acordo com as propostas do GT, e precisará, portanto, ser reformulada.
- **Avaliação dos estágios supervisionados:** incluir a avaliação dos estágios supervisionados como componente do Enade pode ser interessante, mas é

importante que as novas DCNs tragam orientações mais claras sobre o que se espera dos estágios, garantindo que eles aconteçam de forma efetiva, desde o início dos cursos, possibilitando o pleno desenvolvimento dos licenciandos. Para além da avaliação, será necessário que haja uma melhor regulação e acompanhamento.

5. Fortalecimento da formação teórico-prática dos estudantes

O Pibid e a Residência Pedagógica (RP) são programas muito importantes para a formação inicial de professores, na medida em que articula teoria e prática de forma bem estruturada. Desde 2018, o número de bolsas destinadas a esses programas vem caindo, com uma redução de quase 60% no número de licenciandos contemplados. Em 2023, o MEC deu passos importantes no sentido de fortalecer o Pibid e a Residência, criando 31 mil novas bolsas¹⁷ e aumentando o valor mensal de R\$ 400 para R\$ 700¹⁸, no caso dos licenciandos. Apesar desses avanços, ainda existem pontos que podem ser melhorados. Propor, portanto, o fortalecimento desses programas é um grande acerto do GT e as iniciativas citadas no sumário são muito pertinentes, destacando-se:

- **Agregar o Pibid e o Programa Residência Pedagógica em uma única iniciativa:** tendo em vista que são programas com estrutura e objetivos similares, agregar o Pibid e a Residência uma única iniciativa poderá fortalecê-los, além de facilitar a implementação nas universidades e o acompanhamento por parte do MEC.
- **Induzir e fomentar ações por parte das redes de ensino para que as atividades de supervisão de professores da educação básica nos programas como Pibid e Residência Pedagógica sejam valorizadas e incorporadas à sua jornada de trabalho, pontuando na progressão e promoção na carreira:** o professor supervisor da escola de Educação Básica tem fundamental importância no processo de desenvolvimento dos licenciandos durante sua permanência nos Programas. Portanto, garantir que a participação desses docentes seja mais valorizada, em termos de carreira, poderá ser um ponto importante para fortalecer o processo de mentoria entre os professores e os estudantes bolsistas dos programas.

¹⁷<https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/marco/formacao-de-professores-recebera-mais-31-mil-bolsas>

¹⁸ <https://www.gov.br/capes/pt-br/assuntos/noticias/bolsas-de-formacao-de-professores-sobem-75>

Além disso, o MEC pode apoiar os estados e municípios na criação de seus próprios programas de estágio remunerado para estudantes de licenciatura. Como são essas redes de ensino que receberão futuramente os professores formados, é importante que elas se engajem no processo formativo dos licenciandos. Além disso, com a devida retenção de talentos e alocação estratégica dos mesmos após formados, o programa de bolsas pode ser uma ferramenta para suprir as necessidades da rede no que tange à escassez de professores de componentes curriculares específicos em determinadas regiões.

- **Estudar alternativas para, gradativamente, transformar programas em um processo formativo comum aos estágios supervisionados, com vistas a alcançar todos os cursos e estudantes de licenciatura:** o Pibid e a Residência Pedagógica são programas muito importantes, mas não alcançam a todos os licenciandos. É importante que a formação voltada para a prática seja trabalhada com todos os estudantes e, para isso, o estágio supervisionado é elemento central. Garantir que a estrutura desses programas possa ser replicada para o estágio obrigatório representaria um grande avanço nos currículos de formação inicial de professores.

Para além desses pontos e de outros já citados no sumário, outras ações seriam importantes para promover o fortalecimento do Pibid e da RP:

- **Priorização na distribuição de bolsas:** ao fazer a distribuição das bolsas dos programas, seria interessante priorizar a criação de bolsas adicionais nas regiões em que há escassez de professores com formação adequada em determinados componentes curriculares. Desse modo, seria possível incentivar a permanência dos estudantes nos cursos de licenciatura e suprir as necessidades das redes.
- **Melhorar a articulação das Instituições de Ensino Superior (IES) com as redes de ensino da Educação Básica:** o Pibid e a RP são programas estruturados para acontecer dentro das escolas de Educação Básica. Portanto, as redes de ensino devem ser co-responsáveis pelo processo de desenvolvimento dos licenciandos, que poderão atuar futuramente em suas escolas. Seria interessante que as IES e as secretarias de Educação tivessem uma melhor articulação, definindo juntas as escolas que receberiam os estudantes e o plano de trabalho a ser desenvolvido por cada bolsista dentro dos Programas.
- **Garantir uma efetiva mentoria e supervisão do licenciando:** ao serem acompanhados por professores-mentores da rede de Educação Básica e supervisores da IES, os licenciandos têm a oportunidade de compreender o que

guiou as decisões pedagógicas do professor da escola-sede no planejamento e durante as aulas, mergulhar no planejamento e entender melhor como os professores planejam as práticas pedagógicas de acordo com as necessidades e contexto dos estudantes com que trabalham. Nesse sentido, é importante ter orientações mais claras para os professores das IES e das redes de ensino, bem como para os estudantes, de forma que as funções e responsabilidades sejam bem definidas e que a mentoria e a supervisão dos licenciandos apoiem efetivamente os licenciandos no seu desenvolvimento como professor.

- **Reforçar o monitoramento das atividades:** o Pibid e a Residência são programas muito importantes, mas há poucas avaliações sobre eles. Para garantir os resultados e impactos esperados, é fundamental criar uma análise contínua dos processos que compõem a política, de modo que seja possível avaliar a efetividade dos Programas e promover melhorias ao longo do tempo.

6. Outras propostas

Além das propostas já comentadas, o sumário executivo traz outras 3: reafirmação do papel da Capes na formação inicial e continuada de professores, desenvolvimento de ações com foco específico na formação de professores para as modalidades e desenvolvimento de ações com foco específico na formação de professores alfabetizadores. Todas as propostas são de extrema relevância e as ações previstas poderão apoiar a melhoria na formação inicial docente de forma geral. É importante que as definições sejam sempre feitas em diálogo com os atores envolvidos na formação de professores e em regime de colaboração com as redes de ensino, que receberão os futuros licenciandos.